

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

Janeiro/2023



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	5
NOTÍCIAS DO MPF.....	10
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	11

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



[Integrantes do Gaepe/MT voltam a se reunir para definir as prioridades de atuação em 2023](#)



No dia 14 de dezembro de 2022, integrantes do Gabinete de Articulação para Efetividade das Políticas de Educação de Mato Grosso (Gaepe-MT), do qual o Ministério Público do Estado de Mato Grosso faz parte, voltaram a se reunir para definir as prioridades de atuação em 2023. Dos 13 (treze) temas apresentados, 07 (sete) foram selecionados para serem trabalhados pelo Gaepe-MT em 2023. Entre os assuntos escolhidos estão: Educação Infantil, Planos de Educação (Municipal, Estadual e Decenal), Recomposição da Aprendizagem, Busca Ativa Escolar, Transporte Escolar, Formação Continuada e Valorização do Magistério e Educação Inclusiva. Para a próxima reunião, agendada para o dia 08/02/2023, foram selecionados os assuntos mais urgentes (Educação Infantil, Fila de Espera/Transparência, Planos Municipais e Recuperação de Aprendizagem) que darão suporte aos demais.

[ACP requer construção de Centro Infantil no Distrito Primavera](#)

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso ingressou com Ação Civil Pública contra o Município de Sorriso, distante 415 km de Cuiabá, requerendo ao Poder Judiciário que determine à administração municipal a construção e o funcionamento de um Centro Infantil no Distrito de Primavera. A medida judicial tem como objetivo assegurar o atendimento digno e eficiente às crianças de zero a cinco anos de idade que residem no distrito e necessitam de vaga na creche e na pré-escola.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[MPGO vai à justiça para que seja suspenso o fechamento de bibliotecas da rede pública de goiânia e criadas novas vagas para pré-escola e educação infantil](#)



O Ministério Público de Goiás (MPGO) ajuizou uma ação de execução pedindo a concessão de liminar para que a Justiça obrigue a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia a suspender o projeto de reordenação que prevê o fechamento de bibliotecas em escolas da rede pública de Goiânia, em contrariedade à Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, de 2010.

[MPPI recomenda ao reitor da UESPI que adote providências visando à revogação de qualquer ato administrativo que cancelou o período letivo 2023.1](#)

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio da 38ª Promotoria de Justiça de Teresina, que atuou com auxílio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC), recomendou nessa quarta-feira (30), ao reitor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Evandro Alberto de Sousa, que revogue qualquer ato administrativo que cancelou o período letivo 2023.1, e que seja mantida a oferta de vagas já autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) em todos os cursos da instituição. [Confira aqui a Recomendação na íntegra.](#)

[Projeto do MPRS busca ativa escolar e recuperação de aprendizagens ganha menção honrosa na 19ª edição do prêmio INNOVARE](#)

O projeto Busca Ativa Escolar e Recuperação de Aprendizagens no Contexto da Pandemia da Covid-19, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, ganhou menção honrosa da 19ª edição do Prêmio Innovare, na categoria Ministério Público. A premiação reconhece e busca disseminar práticas que contribuem para modernizar a Justiça no país. Os vencedores desta edição foram anunciados pelo Instituto Innovare em cerimônia realizada nesta quarta-feira, 7 de dezembro, no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília.



MPPR recomenda que escolas adotem medidas previstas no Programa de Combate ao Abandono Escolar para evitar evasões

Em Londrina, o Ministério Público do Paraná, por meio da 24ª Promotoria de Justiça, emitiu recomendação administrativa com orientações para o cumprimento do Programa de Combate ao Abandono Escolar pelas escolas de Londrina e Tamarana (municípios da comarca). Os documentos têm como destinatários as Secretarias Municipais de Educação e o Núcleo Regional de Educação de Londrina.

Balneário Piçarras se compromete a contratar profissionais para a educação inclusiva e especial na rede municipal de ensino



Um termo de ajustamento de conduta (TAC) celebrado entre o Ministério de Santa Catarina (MPSC) e o Município deve garantir a regularização no preenchimento de vagas para professores do ensino inclusivo e especial em Balneário Piçarras. Ao todo devem ser contratados por meio de concurso e processo seletivo pelo menos 54 professores para atuarem nas escolas e nos centros de educação infantil municipais. O termo, lavrado pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Piçarras por meio do Promotor de Justiça Pablo Inglês Sinhorri, assegura a inclusão de alunos e alunas com deficiência e transtorno de aprendizagem ao ensino regular.

MPPI recomenda que prefeito e secretária municipal de educação de Paulistana comprovem cumprimento de carga horária escolar de 2022

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio da Promotoria de Justiça de Paulistana, recomenda ao prefeito, Joaquim Júlio Coelho, e à secretária municipal de educação, Gildete Rodrigues de Carvalho, que apresentem o calendário escolar atualizado, de forma a comprovar o cumprimento da carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar em 2022.

MPCE requer exoneração do secretário de Transportes e do coordenador de Manutenção de Frota de Aurora por acidente com ônibus escolar

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por intermédio do promotor de Justiça da Comarca de Aurora Luiz Cogan, ajuizou Ação Civil Pública contra o Município de Aurora, a fim de que sejam exonerados o Secretário de Transportes e o coordenador de Manutenção de Frota daquele município. O motivo da ação foi o acidente ocorrido em Caririaçu, deixando três homens mortos e 13 pessoas feridas.



Promotoria de Barracão firma acordo com Município para garantir vagas na educação infantil a todas as crianças que demandarem o serviço

Em Barracão, no Sudoeste do Estado do Paraná, o Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca, firmou termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Município para que sejam disponibilizadas vagas na educação infantil a todos os munícipes que demandarem pelo serviço. Com isso, a gestão municipal comprometeu-se a inaugurar uma nova creche até 10 de março de 2023, disponibilizando toda a estrutura física necessária para o funcionamento do local – inclusive com a disponibilidade de berçário para atendimento de bebês. Cerca de 50 crianças devem ser beneficiadas diretamente com a iniciativa e estima-se que a fila por vagas seja zerada.

MPCE garante inscrição de adolescente em seleção do Colégio da Polícia Militar de Juazeiro do Norte



O Ministério Público do Estado do Ceará através de uma Ação Civil Pública (ACP) obteve a concessão da tutela de urgência no sentido da Sarmento Concursos Ltda – EPP no prazo de dois dias, proceder com as medidas administrativas necessárias para inscrever o adolescente Y.P.B no certame para concorrer às vagas destinadas ao 1º ano do ensino médio no 2º Colégio da Polícia Militar Coronel Hervano Macêdo Júnior situado na cidade de Juazeiro do Norte.

MPRJ recomenda que royalties do petróleo sejam aplicados na Educação

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro recomenda que o Estado aplique na Educação a receita dos royalties do petróleo. A resolução, que será publicada no Diário Oficial desta quarta-feira, instituiu o GTT, Grupo Temático Temporário para garantir a aplicação. A estrutura poderá tomar providências judiciais e extrajudiciais. O prazo inicial de duração é de seis meses, prorrogável por quantas vezes for necessário.

MPRO cria Força-Tarefa para assegurar oferta de transporte escolar fluvial nas comunidades ribeirinhas

Com o objetivo de garantir ações efetivas para a oferta de transporte fluvial, o Ministério Público de Rondônia criou no dia 05 de dezembro de 2022, uma força-tarefa interdisciplinar visando à garantia de acesso e permanência na escola dos alunos residentes na zona rural ribeirinha de Porto Velho.



[MPAL propõe ação para solucionar irregularidades em escola em aldeia localizada em Traipu](#)



Com o objetivo de garantir o direito à educação, o Ministério Público de Alagoas (MPAL) decidiu propor ação civil pública contra o Estado de Alagoas por conta de problema constatado na Aldeia Indígena Aconã, em Traipu. Em visita realizada pelo projeto “Sede de Aprender”, verificou-se que o prédio onde deveria funcionar unidade de ensino não existe de fato. Como consta na ação, o fato foi verificado durante visita realizada à aldeia no dia 13 de setembro de 2022. As aulas são realizadas de forma precária em uma casa que foi cedida por um dos moradores. O local não tem as condições estruturais para atender às necessidades dos alunos. O documento aponta ainda que uma parte das aulas é realizada em uma área aberta, que fica na própria aldeia.

[MPRN recomenda que Município de São José de Mipibu realize concurso público para professores da educação infantil](#)

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) recomendou à Prefeitura Municipal de São José de Mipibu a realização de concurso público direcionado à contratação efetiva de professores para a educação infantil – ensinos infantil e fundamental I (1º ao 5º ano) e profissionais de apoio (agentes educacionais I e II), tendo em vista a defasagem destes profissionais. Clique [aqui](#) e confira a Recomendação na íntegra.

[Promotoria de Tartarugalzinho ajuíza Ação Civil Pública, em desfavor do Estado, para que seja disponibilizado professores em escola do município](#)

A Promotoria de Justiça do município de Tartarugalzinho ajuizou, junto à Vara Única da Comarca do município, Ação Civil Pública (ACP) com pedido de tutela de urgência em desfavor do Governo do Estado (GEA) e a titular da Secretaria de Estado da Educação (Seed), Neurizete Nascimento. O propósito da ACP, é regularizar a prestação do serviço público de educação na Escola Estadual Darcy Ribeiro, localizada na comunidade do Cedro, no município de Tartarugalzinho, a 230 km de Macapá.



[MPPE - CAO Educação auxilia membros sobre lei que determina assistentes sociais e psicólogos na rede pública](#)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CAO Educação) do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) elaborou a Nota Técnica nº 06/2022 para auxiliar promotores e promotoras de Justiça no acompanhamento da implementação da Lei nº 13.935/2019, que determina a criação de cargos de assistentes sociais e psicólogos para compor as equipes multiprofissionais nas redes públicas da educação básica.

MPPA discute sobre estrutura física de escolas públicas com a SEDUC

A 1ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos, representada pela PJ Patrícia de Fátima de Carvalho Araújo, realizou, no dia 9 de novembro, reunião com o representante da Secretaria de Logística Escolar da SEDUC, Alexandre Buchacra, para tratar sobre problemas concernentes às condições físicas de funcionamento de 22 (vinte e duas) escolas públicas estaduais localizadas em Belém, que constituem objetos de Procedimentos Administrativos em tramitação na Promotoria de Justiça de Educação de Belém.

Suspensa lei que instituiu ensino domiciliar na educação básica de Taubaté

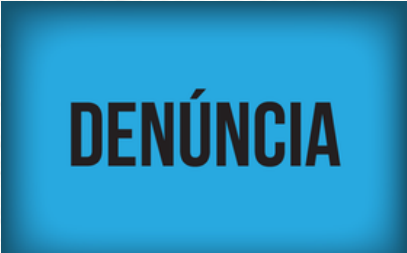
Por força de liminar obtida pela Procuradoria-Geral de Justiça no dia 13 de dezembro de 2022, a lei que instituiu o ensino domiciliar no âmbito da educação básica de Taubaté está suspensa. A decisão, concedida em ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo chefe do MPSP, Mario Sarrubbo, baseia-se em entendimentos do Supremo Tribunal Federal e do próprio Tribunal de Justiça de São Paulo reconhecendo a competência exclusiva da União para legislar sobre o assunto.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



[MPF denuncia onze pessoas por desvios de recursos da educação no município de Ribeirão do Largo \(BA\)](#)

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou, na última segunda-feira (12), denúncia contra onze pessoas, entre prefeito, agentes públicos e empresários, investigados por desvio de recursos públicos da educação no município de Ribeirão do Largo (BA). O esquema foi inicialmente investigado na Operação Lateronis, iniciada em 2013, que apontou a ocorrência de fraudes a licitações, por meio da criação de empresas de fachada e direcionamento de contratos para empresas previamente escolhidas pelo grupo criminoso.



DENÚNCIA

[MPF quer que Exército adote política de cotas em processos seletivos para colégios militares](#)



O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública para que o Exército reserve cotas sociais e raciais nos concursos de admissão de alunos nos colégios militares. Atualmente todas as vagas dos certames são destinadas à ampla concorrência, o que contraria as ações afirmativas previstas em lei que buscam a promoção da igualdade de oportunidades para pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência. O MPF pede que a Justiça determine a designação de percentuais mínimos das vagas nas unidades militares a candidatos que se enquadrem nesses perfis, segundo as normas em vigor para as instituições de ensino federais.

[MPF quer que prefeitura no Pará seja obrigada a instalar proteção contra acidentes em escola quilombola](#)

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação com pedido à Justiça Federal para que o município de São Miguel do Guamá, no nordeste do Pará, seja obrigado a instalar itens de proteção contra quedas na escola São Miguel Arcanjo, da comunidade quilombola Canta Galo.



OUTRAS NOTÍCIAS

[Judiciário quer levar círculos de paz em escolas de todas as comarcas de MT em parceria com Estado](#)

Cinco municípios serão polos regionais para expansão da cultura da paz nas escolas em uma parceria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), por meio do Núcleo da Justiça Restaurativa (Nugjur), e a Secretaria de Estado de Educação (Seduc). Algumas ações já vêm ocorrendo, como formação de facilitadores de círculos de construção de paz, e outras ainda estão sendo elaboradas em conjunto.

[Suspensa lei que previa câmeras em salas de aula de escolas municipais](#)



O desembargador Claudio de Mello Tavares, do Órgão Especial do TJ/RJ, suspendeu lei do município de Porto Real que previa a instalação de câmeras nas salas de aulas das escolas municipais. Para o magistrado, a norma "parece não ponderar o direito do docente à própria imagem, submetendo a risco a garantia da sua inviolabilidade". Trata-se de Representação de Inconstitucionalidade proposta pelo SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação, em face da lei 824/22 do município de Porto Real/RJ, ao argumento de que a norma viola a Constituição Estadual e Federal.

[TJMA julga inconstitucional lei que reserva vagas em escolas para filhos de lideranças religiosas](#)

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão virtual, julgou procedente a Ação Direita de Inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, em julho de 2019, para declarar inconstitucional a Lei do Município de São Luís nº 4.310/2004.

A norma dispunha sobre a garantia de vagas nas escolas públicas municipais para filhos de bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso.



[GAEPE-BRASIL se manifesta para que redes de ensino interpretem com cautela resultados da avaliações educacionais](#)



Em posicionamento divulgado nesta terça-feira (13/12), por meio da Manifestação n.º 06/2022, o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil), trata dos recentes dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2021. Confira a Manifestação na íntegra.

[TJSP suspende lei que permite ensino domiciliar na educação básica em Taubaté](#)



A Procuradoria-Geral de Justiça obteve na terça-feira (13), uma liminar que suspende a lei que instituiu o ensino domiciliar no âmbito da educação básica de Taubaté (SP). A decisão, concedida em ação de inconstitucionalidade, foi ajuizada pelo chefe do Ministério Público de São Paulo, Mario Sarrubbo, se baseia em entendimentos do Supremo Tribunal Federal e do próprio Tribunal de Justiça de São Paulo, reconhecendo a competência exclusiva da União para legislar sobre o assunto.

[MEC lança estudo sobre mapeamento da adequação docente no Brasil nos últimos sete anos](#)

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), lançou, nesta segunda-feira (12), o relatório Mapeamento da Adequação Docente no Brasil. Esse documento apresenta particularidades do sistema educacional e da evolução da formação do corpo docente entre 2013 e 2021 no país. [Para acessar o relatório, clique aqui.](#)

[FNDE realiza segunda etapa da pesquisa de aprimoramento da execução do Caminho da Escola](#)

O Programa Caminho da Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem como principal objetivo garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas públicas de educação básica. De forma a contribuir com o aprimoramento do processo de execução do programa, o FNDE realiza pesquisas voltadas ao entendimento das necessidades específicas de cada região do país.



Resolução Normativa n.º 005/2022/CEE-MT

Estabelece Diretrizes sobre o atendimento aos estudantes com dislexia e outros transtornos de aprendizagem nas redes pública e privada do Sistema Estadual de Ensino do Mato Grosso.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br